

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

CONCURSO PÚBLICO

**AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA A ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE
DO**

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

PC.010.2024.313

CADERNO DE ENCARGOS

PORTO, 2024

ÍNDICE

Cláusula 1. ^a	4
Objeto	4
Cláusula 2. ^a	4
Contrato	4
Cláusula 3. ^a	4
Prazo do contrato	4
Cláusula 4. ^a	5
Obrigações principais do Fornecedor	5
Cláusula 5. ^a	6
Conformidade e operacionalidade dos bens	6
Cláusula 6. ^a	6
Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	6
Cláusula 7. ^a	6
Entrega dos bens objeto do contrato	6
Cláusula 8. ^a	7
Garantia técnica	7
Cláusula 9. ^a	7
Garantia de continuidade de fabrico	7
Cláusula 10. ^a	7
Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 11. ^a	8
Prazo do dever de sigilo	8
Cláusula 12. ^a	8
Proteção de dados pessoais	8
Cláusula 13. ^a	8
Requisitos técnicos, funcionais e ambientais mínimos dos bens	8
Cláusula 14. ^a	9
Preço contratual	9
Cláusula 15. ^a	9
Condições de pagamento	9
Cláusula 16. ^a	9

Penalizações.....	9
Cláusula 17. ^a	10
Resolução do contrato por parte do contraente público.....	10
Cláusula 18. ^a	10
Resolução do contrato por parte do fornecedor.....	10
Cláusula 19. ^a	11
Casos fortuitos ou de força maior.....	11
Cláusula 20. ^a	11
Foro competente.....	11
Cláusula 21. ^a	11
Comunicações e notificações.....	11
Cláusula 22. ^a	11
Contagem dos prazos.....	11
Cláusula 23. ^a	11
Legislação aplicável.....	11
ANEXO 1 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	12
ANEXO 2 – MORADAS E CONTACTOS.....	27

CADERNO DE ENCARGOS**Cláusula 1.ª****Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de concurso público, que tem por objeto principal **Aquisição de mobiliário para a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto.**

Cláusula 2.ª**Contrato**

- 1.** O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2.** O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3.** Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4.** Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª**Prazo do contrato**

O contrato tem início na data da sua assinatura, ou em data a combinar, e mantém-se em vigor por 60 dias consecutivos, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª**Obrigações principais do Fornecedor**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

1. Obrigação de fornecer e instalar, quando aplicável, os bens, e respetivos acessórios, à entidade adjudicante, conforme as características técnicas e requisitos mínimos constantes do caderno de encargos identificados na sua proposta;
2. Obrigação de garantia dos bens;
3. Fornecedor as fichas de segurança de cada produto, se aplicável;
4. O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
5. Não alterar as condições de fornecimento dos bens fora dos casos previstos no caderno de encargos com as especificações do presente caderno de encargos;
6. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
7. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.;
8. Obrigação de comunicar à Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento de bens objeto do contrato de acordo com prazo definido pelo presente caderno de encargos, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do disposto no contrato, logo que tenha conhecimento dos mesmos.
9. O fornecedor será responsável:
 - a) Pelos acidentes em que estejam envolvidos os elementos por si alocados ao fornecimento objeto do contrato a outorgar, decorrente de quaisquer atos praticados pelos elementos alocados ao fornecimento objeto do contrato a outorgar, qualquer que seja o momento da sua ocorrência;
 - b) Será responsável pelos danos ocorridos em material, instalações, bem como no pessoal da E2S|P.PORTO, praticados, por negligência ou culpa, pelos elementos alocados ao fornecimento objeto do contrato a outorgar.

Cláusula 5.ª**Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas especificações técnicas presentes neste Caderno de Encargos, que dele fazem parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser fornecidos em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são fornecidos.

Cláusula 6.ª**Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

1. No caso dos bens objeto do contrato não estarem em conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto deve informar, por escrito, o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

Cláusula 7.ª**Entrega dos bens objeto do contrato**

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias consecutivos** após as respetivas notas de encomenda, nos termos do Anexo 1 – Especificações Técnicas e nos termos da proposta adjudicada, e de acordo com a respetiva morada indicadas no Anexo 2 ao presente Caderno de Encargos.
2. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 8.ª**Garantia técnica**

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os equipamentos objeto do contrato, pelo prazo indicado no Anexo I ao presente Caderno de Encargos, ou no prazo mínimo de 3 anos se for omissivo, a contar da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g) A mão-de-obra.

Cláusula 9.ª**Garantia de continuidade de fabrico**

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo de 5 anos, a contar da respetiva entrega.

Cláusula 10.ª**Objeto do dever de sigilo**

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor por tempo indeterminado após o cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.^a

Proteção de dados pessoais

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril).
2. A entidade adjudicatária obriga-se ainda durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenham tido conhecimento, por força da adjudicação do presente procedimento, na estrita observância das instruções emitidas pela Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto e da legislação aplicável.
3. A entidade adjudicatária garante a segurança e proteção de dados, através do estabelecimento de uma política de segurança, de controlos adequados e de gestão de riscos.
4. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido pelo cocontratante, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do Regulamento Geral Sobre Proteção de Dados. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

Cláusula 13.^a

Requisitos técnicos, funcionais e ambientais mínimos dos bens

1. O adjudicatário deve garantir o cumprimento da Diretiva n.º 2011/65/UE (RoHS), de 8 de junho, transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, da Diretiva n.º 2012/19/UE (REEE), de 4 de julho.

2. Os cocontratantes devem, igualmente, garantir o cumprimento do Decreto-lei n.º 209/99, de 16 de junho, respeitante à classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas.

Cláusula 14.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto deve pagar ao fornecedor o preço constante da(s) proposta(s) adjudicada(s), o qual não pode, porém, ser superior ao total de **125.198,58€ (cento e vinte e cinco mil e cento e noventa e oito euros e cinquenta e oito cêntimos)**, valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, incluindo as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 15.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato, objeto de encomenda por parte da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto.
3. Em caso de discordância por parte da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novas faturas corrigidas.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas, preferencialmente, através de transferência bancária.

Cláusula 16.ª

Penalizações

1. Excetuando as situações de força maior devidamente justificadas e com enquadramento legal, pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens:

- i) Um por cem do valor da encomenda, nos primeiros 15 (quinze) dias;
 - ii) Dois por cem do valor da encomenda, a partir do décimo sexto e até ao trigésimo dia; e
 - iii) Três por cem do valor da encomenda, a partir do trigésimo primeiro dia.
- b) Por qualquer outro incumprimento a indemnização não excederá o quantitativo correspondente a 15% (quinze por cento) dos valores do contrato ainda por faturar.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
3. Nas situações enquadráveis no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do CCP, deverá ser assegurado ao Fornecedor o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo, relativamente à intenção de aplicação da sanção.
4. A Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente Cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.ª

Resolução do contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto Orgânica pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

Cláusula 18.ª

Resolução do contrato por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
- a) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses; ou
 - b) Quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 19.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 20.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 21.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.ª

Legislação aplicável


O contrato é regulado pelo CCP e pela demais legislação portuguesa aplicável.



ANEXO 1 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS


Pretende-se a aquisição do seguinte mobiliário e qualquer especificação técnica a seguir indicada que faça referência a um fabricante ou proveniência determinados, a um processo específico de fabrico, a marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção, deverá ser entendida como acompanhada da menção “ou equivalente”. Da mesma forma, todas as especificações técnicas a seguir indicadas devem ser entendidas como especificações mínimas, podendo ser apresentadas propostas equivalentes ou superiores.

Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
1	280	108,40	30 352,00			<p>Cadeira fixa de 4 pés, estrutura em tubo oval, com pintura epoxy cor alumínio, costa e assento em polipropileno injetado com 15% de fibra de vidro, com palmatória rebatível em fenólico de 13mm, esquerdas (10%) e direitas (90%). Cores: cinzento, amarelo e preto.</p> <p>Encosto em Polipropileno (P.P) com 15% fibra de vidro. Possibilidade de incorporar armas Polipropileno reforçado com fibra (P.P.) de vidro. Assento texturizado com moldura antiderrapante: Polipropileno Injetado (P.P). Estrutura em tubo de aço carbono laminado em frio 28x20x1,5 mm. Com revestimento com pintura epoxy cor alumínio, com 90 microns de espessura e tratamento antibacteriano.</p> <p>Dimensões: Dimensão total: Altura total: 830 mm; Largura Total: 500mm; Profundidade total: 530 mm. Dimensões do assento: Altura do assento: 420 mm; Largura do assento: 470 mm; Profundidade do assento: 440 mm. Possibilidade de empilhar cadeiras. A base/superfície de trabalho em fenólico 13 mm, podendo ser colocada à direita ou esquerda.</p>

Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
2	330	74,50	24 585,00		<p>Cadeira fixa de 4 pés, estrutura em tubo oval, com pintura epoxy cor alumínio, costa e assento em polipropileno injetado com 15% de fibra de vidro. Cores: cinzento, amarelo e preto.</p>	<p>Encosto em Polipropileno (P.P) com 15% fibra de vidro. Possibilidade de incorporar armas Polipropileno reforçado com fibra (P.P.) de vidro. Assento texturizado com moldura antiderrapante: Polipropileno Injetado (P.P). Estrutura em tubo de aço carbono laminado em frio 28x20x1,5 mm. Revestimento com pintura epoxy cor alumínio com 90 microns de espessura e tratamento antibacteriano.</p> <p>Dimensões: Dimensão total: Altura total: 830 mm; Largura Total: 500mm; Profundidade total: 530 mm. Dimensões do assento: Altura do assento: 420 mm; Largura do assento: 470 mm; Profundidade do assento: 440 mm. Possibilidade de empilhar cadeiras.</p>


Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
3	75	214,84	16 113,00		Cadeira Monocasco em polipropilenodotadas com palmatória rotativa a 360º, superfície superior em laminite, base com diâmetro de 635 mm, compartimento inferior e rodízios duplos de Ø50 mm. 10% da quantidade com palmatória para esquerdinos.	Cadeira flexível e ergonómica, de base tripé com rodízios que inclui uma superfície de trabalho pessoal (base de escrita): – Cadeira em monocasco em polipropileno; – Base para colocar mochilas e pertences pessoais e um local para apoiar os pés; – A base/superfície de trabalho é ajustável e rotativa a 360.º em poliuretano, com superfície superior em laminite, que consiga suportar recursos digitais e analógicos nas posições retrato e paisagem; – O assento flexível com ajustes simples de forma a manter as pessoas confortáveis em diferentes posturas; – Base com diâmetro de 635mm, com compartimento em poliamida cinza e rodízios duplos de Ø 50mm.

Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
4	235	73,84	17 352,40		Mesa individual com 700x500x750alt., estrutura 4 pés tubo redondo 40mm, pintura epoxy cor cinza, tampo em termolaminado com orla em madeira. Cor cinza-claro.	
5	10	123,67	1 236,70		Bloco rodado com 3 gavetas, estrutura metálica com pintura epoxy, com fechadura, com porta lápis amovível. Cor cinza-claro.	

Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
6	6	186,33	1117,98		Quadro de porcelana branca vitrificada magnética, com 1200x2000, caixilho em alumínio com suporte de acessórios.	
7	1	220,00	220,00		Quadro de porcelana branca vitrificada magnética, com 1200x2400, caixilho em alumínio com suporte de acessórios.	

Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
8	16	260,92	4 174,72		Quadro de porcelana branca vitrificada magnética dupla face, com 900x1200, caixilho em alumínio com suporte de acessórios, com cavalete rotativo, estrutura metálica pintura a epoxy, com rodas.	
9	6	286,33	1 717,98		Poltrona individual com braços, totalmente revestida a semi-pele, com 620x680x720alt. do encosto	

Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
10	3	84,67	254,01		Mesa de centro, com 550x380mm de altura, estrutura metálica e tampo redondo, em melamina.	


Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
11	1	493,00	493,00		<p>Cadeira rodada, com costa alta em rede, apoio lombar, cabeceira, braços reguláveis em altura, sistema de elevação a gás, mecanismo sincronizado, assento regulável em profundidade, revestido a tecido, base em alumínio polido.</p>	<p>Costa alta com apoio de cabeça. Apoio de cabeça frontalmente revestido e com traseira em polipropileno. Costa em rede, limitada por aro de polipropileno preto, com apoio lombar regulável em altura. Estrutura em alumínio pintado, com braços integrados. Assento revestido, com estofo em espuma de poliuretano moldada com densidade de 45Kg/m³. Base de 5 hastes em alumínio polido, com rodízios duplos em polipropileno. Par de braços, em formato "T", com coluna central em alumínio, com topo macio. Reguláveis: Em altura – 9cm; Em orientação, em 3 posições: -15°, 0° ou +15°. Sistema de elevação a gás, com amortecimento suave, para ajustamento da altura do assento. Apoio de cabeça regulável em altura e orientação. Apoio lombar regulável em altura. Regulação do assento em profundidade. Mecanismo sincronizado do assento e costa, com bloqueio e desbloqueio da inclinação da costa em 4 posições. Regulação da tensão de inclinação da costa. Limitador do curso do movimento da costa em 3 posições.</p>



Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
12	25	237,00	5 925,00		Cadeira rodada, com costa alta em rede, apoio lombar, braços reguláveis em altura, sistema de elevação a gás, mecanismo sincronizado, assento regulável em profundidade, revestido a tecido, base em polipropileno cor preta.	Costa alta em rede preta, limitada por aro em polipropileno preto, com apoio lombar regulável em altura. Polipropilenos pretos. Apoio lombar regulável em altura. Assento revestido, com interior em espuma de poliuretano moldada. Par de braços reguláveis 3D, com topo macio: - Altura: 6 posições, 8 cm - Orientação: -15°; 0°; +15° - Profundidade: 6 posições, 5 cm Base de 5 raios, em poliamida preta com diâmetro de 68 cm, com rodízios pretos de Ø6 cm. Sistema de elevação a gás, com amortecimento suave, para ajustamento da altura do assento. Regulação do assento em profundidade, num curso de 5 cm, com retorno automático à posição inicial. Mecanismo sincronizado do assento e costa, com bloqueio e desbloqueio da inclinação da costa em 4 posições.


Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
13	1	149,00	149,00			No âmbito do Projeto Love.Distance.

Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
14	3	318,33	954,99		Mesa com tampo rebatível, com 1400x670, estrutura em alumínio injetado com pintura epoxy, com rodas, tampo em melamina 25mm, com painel frontal. Cor do tampo em pinho	

Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
15	12	238,67	2 864,04			Armário alto com 1950x1000x420, portas de abrir e estrutura metálica com pintura epoxy, com 4 prateleiras amovíveis. Cor cinza-claro.

Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
16	14	133,84	1873,76		<p>Mesa com 1200x700x750mm de altura, estrutura 4 pés tubo quadrado 40mm pintura epoxy com pateres niveladores, com painel frontal metálico.</p>	
17	4	164,33	657,32			

Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
18	24	101,59	2 438,16			Banco corrido, com 1600x400x400mm, estrutura em preto e em tubo quadrado de 40mm, assento em régua de madeira de pinho.
19	6	1 019,92	6 119,52			Mesa de picnic com, 2000 x 1740 x 760 mm, com bancos corridos incorporados, em plástico reciclado.

Lot e	Qt.	Preço Unit. s// IVA	Preço Total s// IVA	Descrição		Características detalhadas
20	6	1100,00	6 600,00			Banco de Betão com costas – 2000 x 850 x 630 mm e peça metálica amarela

ANEXO 2 – MORADAS E CONTACTOS

ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE

(ESS)

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 400

4200-072 Porto

A/C: Serviço de Aprovisionamento e Património